



3ª REUNIÃO AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)

FICHA

Local: Sala de Reunião da
Secretaria Geral

Data: 27/08/2019, às 13h30.

PRESENTES

1. Aline Carolino Davel
2. Ana Clara Dávila Guedes
3. Andrea Rezende
4. Carlos Vinicius Arimatéa
5. Cintia Varejão Ribeiro
6. Fábio Cardoso Melo
7. José Adriano Pereira
8. Magno dos Santos Neto
9. Maria Elysa Gonçalves de Souza
10. Renata Souza Santos
11. Rita de Cassia Barcellos Almeida
12. Sandra Força
13. Simone Rangel
14. Vinicius Borges

ATA

A Reunião de Avaliação da Estratégia foi iniciada com a apresentação, pela assessora Rita Almeida, da pauta versando sobre o **Plano de Logística Sustentável e o Prêmio CNJ de qualidade**. A servidora Renata Santos, responsável pelo envio dos dados do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PLS-PJES) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentou como a Sustentabilidade é avaliada no Prêmio CNJ de Qualidade, destacada no Eixo Governança como o terceiro requisito de maior pontuação. Falou da importância da qualidade dos dados e das informações apresentados pelas áreas, uma vez que o PJES pode sofrer penalidades em razão da insuficiência desse critério. Além disso, foram apresentados os requisitos para a pontuação de 45 pontos no quesito Sustentabilidade. Desses 45 pontos, 15 já são alcançados ao enviar os dados (mensais e anuais) pelo Sistema do CNJ dentro do prazo, ao enviar e a publicar o Relatório Socioambiental anualmente, e ao confirmar a existência do Núcleo Socioambiental no PJES. A servidora Renata destacou que os outros 30 pontos são alcançados pela análise feita pelo CNJ, e publicado no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, dos dados informados referentes ao consumo de papel, copos descartáveis e água envasada. A análise considera o total de consumo desses recursos em um ano, por porte do órgão e per capita, incluindo toda a força de trabalho do Órgão. Os relatórios desse Balanço apresentam os dados separados por



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRESIDÊNCIA**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA.

esfera de atuação (estadual trabalhista etc.). Nesse momento, os servidores do Núcleo de Estatística esclareceram como é feita a classificação entre os Tribunais por quartil para considerar os que têm o menor consumo per capita. Após essa explanação inicial, a servidora apresentou os dados do Balanço Socioambiental. Num primeiro momento, uma exposição geral dos percentuais alcançados pelo Poder Judiciário nacional e na esfera estadual. Em seguida, mostrou-se o panorama dos gastos do Poder Judiciário: das despesas avaliadas, os que estão sendo avaliados no Prêmio CNJ de Qualidade são os que representam os menores percentuais. A servidora chamou a atenção que o CNJ demonstra que tende a avançar nos requisitos e indicadores a serem avaliados. Antes, o CNJ cobrava apenas o envio de dados e informações; atualmente, avançou para uma avaliação da qualidade e do impacto de suas ações. Em relação ao consumo de papel, inicialmente foi apresentado como o PJES continua numa crescente de consumo. Na comparação com outros Tribunais do mesmo porte, o PJES encontra-se como o órgão que tem o maior consumo de papel per capita. A assessora Rita chamou a atenção de como o TJES, Tribunal de médio porte, tem o consumo per capita (9,5) maior que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (8,8), de grande porte. A servidora convidou os demais servidores à reflexão do que se tem feito para a redução desse consumo, uma vez que alguns tipos de controle necessários ainda não são possíveis e há projetos que têm impactos apenas no longo prazo. Acerca do consumo de copos descartáveis, o TJES teve uma redução pequena no consumo, mas o gasto ainda é muito significativo num recurso que será descartado e pode gerar um impacto negativo no meio ambiente. Na comparação com outros Tribunais do mesmo porte, o PJES encontra-se como o órgão que tem o maior terceiro consumo de copos descartáveis per capita. Em relação ao consumo de água envasada, o Balanço Socioambiental só apresenta dados sobre o consumo de embalagens descartáveis de água mineral, as quais não são utilizadas pelo PJES. A servidora ainda trouxe um novo índice divulgado nesse Balanço Socioambiental, que tem como objetivo fazer uma comparação objetiva entre os Tribunais, atribuindo-se um nível de importância e priorização para os itens analisados e o grau de qualidade e confiabilidade dos dados informados pelos órgãos. O índice apresentado pelo TJES (48%) deixa-o na posição 61 entre todos os Tribunais (todas as esferas). Finalizada a apresentação do tema em pauta, a servidora Renata aproveitou a oportunidade para apresentar um trabalho que está sendo realizado por ela, por meio do Núcleo Socioambiental, e pela arquiteta Amina, da Secretaria de Engenharia, acerca da acessibilidade dos imóveis do PJES. A servidora apontou o trabalho como resposta a uma demanda da sociedade e daquela posta na RAE de novembro de 2017, onde foi registrada a necessidade da criação de indicador que apresente a quantidade de imóveis



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA.

(alugados e próprios) do judiciário capixaba que sejam acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as normas de acessibilidade. Durante a apresentação mostrou que a proposta trata-se de um Plano de Gestão de Acessibilidade dos imóveis do PJES com as etapas de identificação dos imóveis segundo as normas de acessibilidade, categorização dos imóveis a serem adequados com acessibilidade, e elaboração de um Plano de Obras de Acessibilidade. Informou que a fase atual está em uma subfase da identificação dos imóveis. Foram definidos os critérios de classificação dos imóveis, mas ainda resta a finalização da elaboração de um *checklist* de acessibilidade dos imóveis para que o profissional qualificado e responsável possa realizar o diagnóstico dos imóveis. Finalizada a apresentação, foi dada a oportunidade para que os presentes se manifestassem acerca do que fora apresentado. A servidora Sandra Força informou que sua área, responsável pela distribuição dos suprimentos apresentados, não tem competência para realizar uma campanha de redução do consumo desses. A servidora Elysa chamou a atenção que essa ação deve ser realizada em conjunto com o Núcleo Socioambiental e a Assessoria de Comunicação. A servidora Andrea informou que a Intranet é um importante canal de comunicação com os servidores para a realização de campanhas como a sugerida e para divulgação dos dados, mas encontra-se fora de área. O servidor Carlos Arimatea informou que a intranet está na entre as demandas da área. Nada mais havendo a tratar foi deliberado pelo encerramento da reunião, oportunidade em que foi lavrada a presente ata.